



MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 05/12

Data da Sessão: 28 de setembro de 2012

Início da Sessão: 16.00 horas

Fim da Sessão: 20.30 horas

Composição da Mesa:

Presidente: Lídio dos Santos Cristo, Dr. -----

1º Secretário: Manuel Eduardo Magalhães Portelinha -----

2º Secretário: Vitor Manuel Monteiro Travassos, Dr.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28

----- Aos 28 dias do mês de setembro do ano de 2012, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, com a seguinte ordem de trabalhos: -

1. – Período de Antes da Ordem do Dia;-----
- 2.– Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea e), nº 1, do artº 53º da lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação da lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro; -----
- 3.– Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal o Imposto Municipal Sobre Imóveis a cobrar em 2013;
- 4.– Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal a Derrama a lançar no ano de 2013 relativamente ao exercício 2012; -----
- 5.– Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal a Participação no IRS (Imposto Sobre Rendimento das Pessoas Singulares) no ano de 2012; -----
- 6.– Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano de 2013; -----
- 7.– Autorização prévia favorável para assunção de compromissos plurianuais – Protocolos/Acordos de Cooperação a celebrar com as IPSS e Junta de Freguesia de Arazede; -----
- 8.– Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal o Regulamento das Piscinas Municipais; -----
- 9.– Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal o Regulamento do Banco Municipal de Manuais Escolares;-----
- 10.– Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal - Despesas de representação de titulares de cargos de direção intermédia – Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto (Estatuto do Pessoal Dirigente); -----
- 11.– Pronúncia da Assembleia Municipal sobre a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, ao abrigo do artigo 11.º da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio. -----

----- Procedeu-se à verificação da existência de quórum, registando-se as seguintes presenças - **Mesa:** -- Lídio dos Santos Cristo, Manuel Eduardo Magalhães Portelinha e Vitor Manuel Monteiro Travassos. -----

Membros: Ana Cristina da Silva Jorge, Filipe Manuel Galvão Carraco dos Reis, Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge, Hernâni Óscar Pires Costa Rama, Maria João Batista Sobreiro, Fernando Manuel Dias Monteiro, Rui Manuel da Costa Rodrigues, José Manuel Cardoso Bucu, Ricardo Manuel Pato Sousa Brites, Edmea Tereza Reis Silva, Margarida Maria Querido Monteiro Carvalho, Altino Ferreira Lopes, José Carlos Malheiro Leite, Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo, David António Coutinho da Costa e Sousa e António Manuel da Silva Pagaimo. Fernando Vitor Ladeira Pereira e José Mendes Simões Monteiro, em substituição, respetivamente, de Nuno Miguel Gonçalves e de Maria Clara dos Santos Carvalho de Oliveira.

Presidentes de Junta: Abrunheira, Arazede, Carapinheira, Ereira, Gatões, Liceia, Meãs, Montemor-o-Velho, Pereira, Santo Varão, Seixo, Tentúgal, Verride e Vila Nova da Barca. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28

Executivo: Luís Manuel Barbosa Marques Leal, Presidente, Pedro Manuel Monteiro Machado, Alexandra Margarida Góis Ferreira, Abel da Silva de Oliveira Girão, Emílio Augusto Ferreira Torrão, Paula Elisabete Pires Costa Rama e Elisabete Maria Neto Pereira. -----

-----Ausências justificadas e com substituições, anteriormente, referidas – Nuno Miguel Gonçalves e de Maria Clara dos Santos Carvalho de Oliveira.-----

-----Falta injustificada: Marco Bruno Freitas Góis. -----

-----**Ponto 1 - Período de Antes da Ordem do Dia** – O PMAM, Lídio Cristo, deu início à reunião, quando eram 16 horas e 30 minutos, saudou os presentes e formulou votos de que a reunião fosse frutuosa de modo a defender os interesses do concelho.-----

-----Esclareceu que o executivo municipal discutiria na segunda-feira, dia 1 de outubro, numa reunião extraordinária, 5 pontos que terão de ser aprovados pela AM em tempo oportuno e, por isso, questionou os Membros da AM se existiria algum inconveniente de que estes pontos fossem aditados à OT, o que implicaria a suspensão da Sessão da AM.-----

-----O membro Albertina Jorge (PS) pediu a palavra e disse: “O Grupo do PS opõe-se, pela forma como foi feita a proposta pois se o executivo vai reunir na segunda-feira, julgo que não pode haver um aditamento de pontos que ainda não foram deliberados e necessitamos dos documentos para os poder analisar. Assim, não se pode considerar um aditamento, mas sim a realização, oportunamente, de uma nova AM, noutra data, que poderia ser já marcada”. -----

-----O PMAM disse: “O que está em causa são os prazos a cumprir para aprovação dos documentos me causa e, por isso, um aditamento ou uma nova AM, na essência, será a mesma coisa e daí o solicitar a vossa melhor atenção”. -----

-----O membro Albertina Jorge (PS) pediu a palavra e disse: “Do ponto de vista formal, não é correto e nem se sabe se será legal chamar um aditamento, neste caso, pelo que o Grupo do PS se opõe. Julgo que não existe nada que permita que todos os MAM se considerem convocados para uma nova data, a determinar. Se o executivo municipal reúne na segunda-feira, haverá um prazo para a entrega dos documentos e teremos de ter tempo para os analisar, considerando que este é um assunto que tem a ver com a parte financeira”.-----

-----O PMAM disse: “O problema que se põe são os prazos a cumprir e julgo que a AM não tem necessidade de dificultar a vida ao órgão executivo. Como sabe, a convocatória de uma AM extraordinária é feita com cinco dias de antecedência, o que vai ultrapassar a data previsível para que a Câmara tenha, efetivamente, um procedimento legal e dentro do prazo. Não entendo porque é que, da parte do Grupo do PS, há este procedimento, pois vão ter hipótese de analisar os documentos, que serão entregues na

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28

segunda-feira à tarde e penso que não serão difíceis de analisar. Não vejo nenhum motivo para que o Grupo do PS não concorde com esta situação, pois pode considerar-se uma realidade necessária para que a Câmara possa avançar”. -----

----- O membro Filipe Carraco (CMS) pediu a palavra e disse: “O entendimento deste Grupo e dada a situação que está a ser colocada e por se tratar da resolução dos problemas financeiros do município, que é um assunto do conhecimento de todos, nada tem a opor. Com os prazos apertados, em termos do calendário que foi estipulado para a pronúncia do Município e face também àquilo que hoje, cada vez mais é uma das questões que temos de ter consciência do custo que significa ao erário público a realização de uma AM extraordinária, logicamente que o Grupo da CMS não terá nada a opor a que estes pontos sejam aditados, que haja uma suspensão da AM e que seja retomada em data a indicar.” -----

----- O membro Ricardo Brites (CDU) pediu a palavra e disse: “Não obstante considerar que talvez tivesse de existir uma maior preocupação em relação a esses prazos, que teriam de ser cumpridos na planificação desta AM a CDU não vê nenhum problema, desde que, efetivamente os documentos nos sejam facultados, ainda, na segunda-feira.” -----

----- O PMAM disse: “Volto a perguntar à líder de Grupo do PS se reconsidera a sua posição inicial, atendendo a que, efetivamente, há datas a cumprir e, assim, se defendem os superiores interesses da CMMV. Em relação a este assunto, realizou-se um diálogo entre as partes envolvidas, a seu devido tempo, e não me parece lógico que o PS inviabilize algo que é tão simples.” -----

----- O membro Albertina Jorge (PS) pediu a palavra e disse: “Exatamente porque o executivo tinha consciência da importância do assunto é que não se percebe porque é que isto chegou só agora e somos confrontados com assuntos desta importância e com uma urgência que nem sequer nos permite estudar o assunto. O Grupo do PS entendeu que devia votar contra e suponho que ninguém estará de má vontade, até para prescindir do prazo legal de convocação, se for caso disso, o que seria mais lógico, mais legal, do que estarem com aditamentos desta natureza, que ainda nem sequer foram deliberados pelo executivo.” --

----- O PMAM disse: “Manifesto, com alguma mágoa, o fato do Grupo do PS não reconhecer algo que é de interesse municipal que apesar de, ainda, não ter deliberação no executivo municipal, existe já um trabalho exaustivo feito nas últimas semanas e que é do conhecimento da MAM. Efetivamente, não é fácil que as instituições bancárias estejam disponíveis para que o município de Montemor-o-Velho possa negociar hoje ou ir a Lisboa e negociar amanhã. Temos que compreender isso e temos que ser tolerantes, e o Grupo do PS não está a ser tolerante, porque nos vai obrigar, hoje mesmo, a convocar uma AM extraordinário, que afinal vai dar o mesmo resultado. Se entenderem faremos uma interrupção dos trabalhos para que possam tomar uma posição.” -----

Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28

-----O membro David Coutinho (PS) pediu a palavra e disse: “Pretendo que me respondam a uma pergunta, cuja resposta é muito importante para a reunião que vamos ter a seguir: se não for alterada a OT desta AM ordinária, há alguma cominação legal que impeça que a CM adira ao programa em causa? Esta resposta é fundamental e prioritária.” -----

-----O PCM pediu a palavra e disse: “Existem consequências para a CM porque a lei foi publicada no dia 14 de setembro, entrando em vigor no dia imediato e com um prazo de 20 dias uteis para apresentação da proposta do município. De imediato, foram consultados os consultores que estão a fazer este trabalho, que termina, imperiosamente, com a entrega da deliberação do executivo municipal e da AM, no dia 4 de outubro. Neste momento, o próprio executivo municipal não tem os documentos pois estes estão a ser trabalhados, em parceria pelos consultores, pelas entidades credoras e pelas entidades oficiais. Estes documentos poderão ainda esta noite chegar, para que na segunda-feira sejam presentes ao executivo municipal, para poder cumprir o desiderato temporal que está em cima da mesa.”-----

-----Deixo, também, a nota de que, dos cinco pontos que estão para aditamento, apenas o ponto do PAEL vai ser discutido, porque os outros poderão vir a sofrer temporalmente, de acordo com a legislação, uma discussão posterior e dentro de uma AM extraordinária, depois de ouvidas as entidades credoras, que estão disponíveis para financiar o reequilíbrio financeiro.”-----

-----O PMAM declarou os trabalhos suspensos por um período de cinco minutos, para que o Grupo do PS pudesse dar o seu parecer, em termos definitivos. -----

----- Após a interrupção foram retomados os trabalhos e o PMAM informou que o Chefe da Divisão Financeira, esclareceria de forma sintética, o que se prevê no PAEL e de como defender os interesses da autarquia. -----

-----O Chefe de Divisão usou da palavra e disse: “Uma vez que, da parte do executivo há a intensão de aderir ao PAEL e tendo em conta a situação financeira, foram envidados esforços para que esse trabalho fosse realizado. Naturalmente que tratando-se de um trabalho algo complexo, foi ouvido um consultor externo, que está a preparar toda a documentação. Há, no entanto, uma limitação que se conhecia que se sabia que nos iria criar alguns constrangimentos, nomeadamente os prazos previstos na Portaria. Os prazos são, de fato, demasiado apertados e sabíamos que esta situação se ia verificar mas não existe outra solução que é tentar conjugar tudo isto, para que se consiga chegar ao objetivo que será o município aderir ao PAEL. -----

-----O PMAM disse: “Questiono a líder de Grupo do PS, da posição que este Grupo defende para esta situação.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28

----- O membro Albertina Jorge (PS) pediu a palavra e disse: “Em relação a este assunto, começo por dizer que lamentamos que a explicação que foi dada sobre a importância destes pontos e do seu aditamento, não tenha sido feita logo numa fase inicial. Acho que a maioria se habituou demasiado a não precisar da oposição e a tomar as decisões e, por isso, muitas vezes as coisas não nos chegam, não são explicadas e, logicamente, este, é um órgão político. Somos responsáveis, temos sempre situações e previsões políticas, e perante aquilo que nos tinha sido apresentado com a explicação que tinha, a nossa posição era efetivamente a que anteriormente referi. Face às explicações que o PC e o Chefe de Divisão Financeira deram percebemos a importância do assunto e, em caso de votação, iremo-nos abster permitindo a inclusão dos pontos aditados, mas com o compromisso de que se os outros assuntos não forem necessários, tal como referiu o PCM, ficarão para uma próxima AM. Por agora admitem a inclusão de todos, mas na quarta-feira se não for necessário a sua discussão, serão retirados. Mais uma vez, volto a dizer que somos responsáveis, queremos o melhor para o concelho e para os munícipes de Montemor-o-Velho e um pouco de consideração e de explicações poderia evitar certas situações.” -----

----- O PCM pediu a palavra e disse: “Quero lembrar que reunião da Comissão Restrita da Reorganização Administrativa, que se realizou na semana passada, o líder de Grupo do PS, Marco Góis, faltou e nem sequer justificou a sua ausência. Nesse encontro estiveram presentes os vereadores e a MAM, tendo aí mesmo solicitado este procedimento, pelo que saúdo a postura dos Líderes da CDU e da Coligação “Montemor, Sempre”. Nesse dia informei o PMAM e os diferentes Líderes dos Grupos de que existiam prazos muito apertados e nos dias 14 e 15 de setembro surgiram muitos elementos, que já não foram remetidos para os MAM. Não temos culpa que a Portaria tenha saído naquela data e desse apenas 20 dias e se há vícios de forma democrática da maioria, isso não é com o executivo municipal.” -----

----- O SMAM Manuel Portelinha pediu a palavra e disse: “Antes de mais, quero dar os parabéns à nova Líder de Grupo do PS, mas parece-me que está a ter um mau começo. Se me permite, acho que o comentário que fez sobre o não ter acesso a toda a documentação e informação, nesta AM, parece-me que não é correto pelo que deixo o meu protesto, esperando que o futuro não seja tão mau como este começo.” -----

----- O PMAM disse: “Como PAM fico satisfeito com este desfecho, de forma a que, efetivamente, consigamos agilizar os prazos e, além do mais, com uma boa capacidade de entendimento pelo que agradeço tranquilidade para que possamos dar início à OT. Assim, e conforme o previsto no Regimento da AM proponho a inclusão de 5 pontos na OT e a sua consequente alteração.” -----

----- Colocada a proposta à votação, a mesma foi aprovada por maioria, com 14 abstenções, passando a OT a ser a seguinte: -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28

1. – Período de Antes da Ordem do Dia; -----
- 2.– Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea e), nº 1, do artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----
- 3.– Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal o Imposto Municipal Sobre Imóveis a cobrar em 2013;
- 4.– Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal a Derrama a lançar no ano de 2013 relativamente ao exercício 2012; -----
- 5.– Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal a Participação no IRS (Imposto Sobre Rendimento das Pessoas Singulares) no ano de 2012; -----
- 6.– Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano de 2013; -----
- 7.– Autorização prévia favorável para assunção de compromissos plurianuais – Protocolos/Acordos de Cooperação a celebrar com as IPSS e Junta de Freguesia de Arazede; -----
- 8.– Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal o Regulamento das Piscinas Municipais; -----
- 9.– Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal o Regulamento do Banco Municipal de Manuais Escolares; -----
- 10.– Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal - Despesas de representação de titulares de cargos de direção intermédia – Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto (Estatuto do Pessoal Dirigente); -----
- 11.– Pronúncia da Assembleia Municipal sobre a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, ao abrigo do artigo 11.º da Lei n.º 22/2012, de 30 de Maio; -----
12. – Declaração, sob proposta do Executivo Municipal, de situação de desequilíbrio financeiro estrutural; -----
13. – Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Plano de Reequilíbrio Financeiro; -----
14. – Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o empréstimo de reequilíbrio financeiro; -----
- 15.- Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o Plano de Ajustamento Financeiro; -----
- 16.- Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, o empréstimo a contrair no âmbito do Programa I do PAEL no montante máximo elegível; -----
- 17.- Eleição de representante do município no Conselho Consultivo do Hospital Arcebispo João Crisóstomo. -----

-----Seguidamente, o SMAM, Vitor Travassos, informou da diversa correspondência expedida e recebida, para além da que constava no documento, previamente enviado, tendo salientado: ofício da CM a solicitar o agendamento extraordinário; ofício do Conselho de Administração do Hospital do Arcebispo João Crisóstomo, a solicitar eleição de representante desta AM, para integrar aquele Conselho; pedido de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28

justificação de falta para a sessão de hoje de Nuno Gonçalves; pedido de justificação de várias faltas e comunicação de substituições apresentado pelo Partido Socialista; ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre o XX Congresso; ofício da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho a enviar um relatório sobre o incêndio que ocorreu na zona de Valcanosa – Meãs do Campo nos dias 2 e 3 de setembro; e-mail do município José Cruz congratulando-se pela colocação de algumas placas de toponímia, na freguesia de Arazede; ofício da CM a remeter o parecer sobre o Regime Jurídico da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica; carta do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local (STAL) sobre o Pronunciamento das Assembleias Municipais sobre a extinção de freguesias; moção enviada pela Comissão de Luta “Em Defesa da Linha do Oeste”, sobre a defesa da linha do oeste e convite da Direção da Associação Filarmónica 25 de Setembro para participar no programa de comemoração do seu 120.º aniversário.-----

----- Foi, então, posta à discussão e votação a ata número 4, de 27 de junho de 2012 que foi aprovada por maioria, com o seguinte resultado: Votos contra - 0; Abstenções - 01; Votos a favor – 31.-----

----- Posteriormente, foram dados 5 minutos para que fossem entregues à MAM as Moções, Requerimentos ou outros, que os membros da AM entendessem por convenientes, tendo sido aceites: ----

----- **Moção** subscrita pelo membro Filipe Carraco (CMS), "**Congratulações aos atletas modalidades de canoagem, remo e triatlo, pelos resultados obtidos nas Olimpíadas de Londres 2012**", conforme documento anexo à presente ata, sob o número 01, e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- **Moção** subscrita pelo membro Edméa Silva (CMS), "**Festas das Colheitas – Agosto 2012**", conforme documento anexo à presente ata, sob o número 02, e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- **Moção** subscrita pelo PJF de Tentúgal, Décio Matias (CMS), "**9.º Encontro de Música Antiga de Tentúgal**", conforme documento anexo à presente ata, sob o número 03, e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- **Moção** subscrita pelo membro José Buco (CMS), "**Visita ao Castelo por Shakespeare**", conforme documento anexo à presente ata, sob o número 04, e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- **Moção** subscrita pelo PJF de Arazede, Eusébio Campos (CMS), "**Linha da Beira Alta – Ramal da Pampilhosa – Figueira da Foz**", conforme documento anexo à presente ata, sob o número 05, e que foi aprovada por unanimidade. -----

----- **Moção** subscrita pelo PJF de Tentúgal, Décio Matias (CMS), "**Santa Casa da Misericórdia de Tentúgal: Gala da Solidariedade – Rostos Solidários da Santa Casa da Misericórdia de Tentúgal – 21 de setembro de 2012 e abertura da Clínica Social – inaugurada a 26 de setembro de 2012**", conforme documento anexo à presente ata, sob o número 06, e que foi aprovada por unanimidade.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28

-----**Moção** subscrita pelo SMAM, Vitor Travassos (CMS), "**Congratulações Diversas**", conforme documento anexo à presente ata, sob o número 07, e que foi aprovada por unanimidade. -----

-----O membro Rui Rodrigues (PS) pediu a palavra e disse: “Felicitó a CMMV, mesmo com redução de custos, pelas Festas Concelhias realizadas neste mês. Entretanto, também não posso deixar de apresentar algum desagrado, que constatei junto de pessoas que comigo falaram, pelo facto de, do recinto da feira até à zona dos bares, não existir iluminação, devido às obras ainda por acabar. As pessoas tropeçaram nos passeios e não só, por não existir iluminação adequada e por falta de limpeza. Não se compreende como foi possível não colocar iluminação naquele percurso, cujo gasto seria irrelevante. Também o palco para os concertos creio que ficou mal localizado, pois deveria ter sido colocado no recinto da feira, permitindo que as pessoas a morar na zona, algumas idosas, pudessem descansar à vontade e não estarem sujeitas ao barulho.-----

-----Outra questão, que já foi discutida várias vezes nesta AM, diz respeito ao problema do alargamento da estrada da Ponte do Paço, em Arzila, dado o imenso volume de trânsito, que cada vez é mais, originando filas nas principais horas de ponta. Foi informado, em AM anteriores, que a CM de Coimbra iria efetuar as obras de alargamento da referida ponte, mas também foi dito, pelo PCM de Montemor que, caso a CM de Coimbra não viesse a efetuar as obras, as mesmas seriam assumidas por este executivo, pelo que gostaria de saber em que ponto é que se encontra este assunto. -----

-----Por último, e já não é a primeira vez que chamo a atenção para a falta de limpeza da vegetação e lixo, nos locais que ainda estão por construir na Urbanização da Quinta de São Luís, em Pereira. Alerto, também, para o estado em que se encontram as tampas de saneamento daquela urbanização, fazendo imenso ruído à passagem de viaturas. Esta situação poderá vir a originar problemas e despesas para a autarquia, o que não é conveniente.” -----

-----O PJF de Verride, Arménio Pato (PS) pediu a palavra e disse: “A minha intervenção prende-se com a vacinação anual dos canídeos. Desde sempre, as JF recebiam, através da Direção Geral de Veterinária, um aviso, indicando às populações as datas e os locais onde os mesmos podiam ser vacinados. Este ano isso não veio a acontecer e, após algumas questões que me foram dirigidas, falei com os serviços camarários, tendo sido informado que a vacinação tinha ocorrido em apenas três freguesias do concelho.-----

-----Sem qualquer informação prévia, a JF de Verride fez um ofício que remeteu à Direção Geral de Veterinária, com data de 23 de agosto e com conhecimento à CM, e até ao momento não se obteve qualquer resposta. Pensamos ser um procedimento inadequado, levando os proprietários dos respetivos canídeos a não proceder à vacinação dos seus animais, podendo verificar-se anomalias para a saúde pública, assim como faltando ao dever do registo obrigatório. Solicito a esta digníssima AM, uma tomada

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28

de posição no sentido de dar conhecimento às JF, para que estas possam dar conhecimento aos seus munícipes.”-----

----- O PJF de Gatões, António Sérvo (CMS) pediu a palavra e disse: “Efetivamente esta é uma preocupação, tal como referiu o PJF de Verride, mas que nos ultrapassa. Falo, enquanto PJF, porque nos dois últimos anos, o envio destes avisos é da inteira responsabilidade da Direção Geral de Veterinária, que os devia remeter diretamente para as JF. Na minha opinião, esta AM, não tem qualquer tipo de poder de intervenção para tomar posição sobre este assunto. Reconheço que é um estorvo, porque os munícipes da minha freguesia também me perguntam quando é a vacinação dos canídeos, mas a Direção Geral de Veterinária é que manda os referidos avisos, muitas vezes em cima da hora, o que implica um esforço muito grande para passar a informação á população. Efetivamente, antigamente era a CM que emanava estes editais, com tempo, afixando-o nos locais de estilo e era o Veterinário Municipal que procedia à vacinação dos canídeos, mas nos últimos anos tem sido a Direção Geral de Veterinária a fazê-lo.” -----

----- O membro Ana Cristina Jorge (CMS) pediu a palavra e disse: “Esta intervenção é, basicamente, uma reflexão sobre o início do ano letivo, congratulando-nos pela forma como aconteceu, sem grandes constrangimentos, verificando que a educação continua a ser uma aposta desta CM, no âmbito de uma estratégia de desenvolvimento, com centralidade nas pessoas, continuando a realizar mais e melhor, pelo concelho e colocando em primeiro lugar, o mais valioso dos nossos patrimónios, que são as crianças. -----

----- O novo ano letivo, marcado por um período especial na vida e na rotina de centenas de crianças do concelho, bem como de professores, assistentes operacionais e encarregados de educação, pautou-se de modo equilibrado e pacífico, no início de mais uma etapa. A serenidade com que decorreu, não resulta de um acaso, mas da maturidade do sistema educativo local e do trabalho árduo de muitas pessoas, neste concelho, o que é, por si só, um feito e gostaríamos de reiterar o empenho desta CM, em todo o processo.

----- É do conhecimento de todos os MAM, que estamos num mega agrupamento e sobre isso farei também alguns comentários. Consideramos que o arranque do ano letivo aconteceu num período crítico, para a gestão dos municípios portugueses, por força de vários constrangimentos, dos quais se destaca a Lei do Compromissos, sendo que esta CM continua a assumir todas as suas responsabilidades legais e políticas, pela sua importância para as crianças, jovens e famílias, para os quais continua a trabalhar com empenho e afinco, continuando a assumir a gestão das refeições, dos transportes, dos subsídios escolares, de um banco de manuais, da manutenção dos edifícios e de subsídios de expediente e limpeza às Escolas do 1º CEB, do Pré-Escolar e o novo Centro Educativo. A CMMV tem também, para as crianças do pré-escolar, o que destaco, a atividade físico-motora, com o lema “Crescer Saudável”, o que muito nos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28

congratula, uma vez que a Componente de Apoio às Famílias (CAF) é uma responsabilidade do município, que não ficou esquecida.-----

-----Não podemos esquecer a colocação atempada de assistentes operacionais, nos estabelecimentos do Pré-escolar e as atividades letivas que se iniciaram no dia 14 de setembro, com todos os professores colocados, nomeadamente os da AEC, que foram assumidas pelo novo Agrupamento de Escolas de Montemor-o-Velho. Lembro que temos, neste momento, a maior organização do concelho e diria mesmo, uma das maiores do distrito com mais de 2.500 alunos, cerca de 300 docentes, cerca de 150 assistentes operacionais e administrativos e, tudo isto, foi possível graças à boa vontade de muitos e muitos colegas e à Comissão Administrativa Provisória (CAP). Destaco que, dentro das 5 pessoas que fazem parte da CAP, apenas a presidente não tem componente letiva, ao contrário de todos os outros elementos, porque a Lei assim o impõem e não tem sido um trabalho fácil, para dar respostas a tantas solicitações. -----

-----A equipa teve, apenas, cerca de mês e meio para colocar todo o Agrupamento em funcionamento e tenho muito gosto de ser do concelho de Montemor-o-Velho e de pertencer a esta CAP, porque tenho um conhecimento do concelho e das suas pessoas e faço parte de uma estrutura administrativa que está a trabalhar para as crianças do meu concelho. Contámos, desde o primeiro momento, com todo o apoio da CM, com o profissionalismo das técnicas do Gabinete de Educação, bem como do vereador do Pelouro, do PCM, da vereadora da Ação Social e de todos os que tiveram ligados a este processo. Não foram dias fáceis, nem continuam a ser, pois ainda decorrem muitos ajustamentos e problemas inerentes a uma organização com estas características e que vão acontecendo, todos os dias, devido à imensa massa humana que está ligada a esta organização.-----

-----Saliento, finalmente, a excelente compreensão dos encarregados de educação, que têm compreendido muito estas situações e destaco a grande cidadania das pessoas deste concelho, que têm ajudado o próprio agrupamento a encontrar algumas soluções para alguns problemas.-----

-----Muito importante tem sido o papel de algumas IPSS, pelo que tenho muito orgulho em pertencer a um concelho que tem IPSS com esta capacidade de trabalho e de resposta, de acompanhamento e de estarem sempre dispostas a ajudar nas soluções, indo algumas vezes, além daquilo que lhes é pedido, o que me congratula e alegra bastante esta atitude e esta forma de ser.-----

-----Também não me posso esquecer dos senhores PJF, que têm acompanhado este processo e têm sido extraordinários, neste processo. A todos, deixo uma palavra de reconhecimento, pelo apoio e dedicação à causa da educação, que é fundamental e marcante na vida de todas as crianças e jovens.-----

-----Terminaria com duas frases: Apostar na Educação é apostar, não só no desenvolvimento integral das crianças e jovens, mas também no desenvolvimento da comunidade e do território. Apostar na

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28

educação e na formação é apostar num concelho mais desenvolvido, mais inteligente, mais solidário e mais inovador.” -----

----- O membro Rui Rodrigues (PS) pediu a palavra e disse: “Ouvi a intervenção feita sobre a questão do ano letivo escolar e concordo com a maioria das questões colocadas, excepto no que se está a passar, relativamente aos refeitórios escolares. Como se sabe, a Direção Regional do Centro (DREC) tem um acordo, para este ano, na região centro, com a empresa Gertal, que é a concessionária do serviço de alimentação dos refeitórios escolares. Como já no ano passado existiram problemas com a empresa que tinha a concessão dos refeitórios (EUREST), esta não fez nenhum protocolo ou acordo para ter a posição de contratar uma empresa de trabalho temporário, a trabalhar para os refeitórios, não respeitando o caderno de encargos, e que é o que se está, neste momento, a passar com a Gertal. Este ano, também não está a respeitar o caderno de encargos que assinou com a DREC, para os refeitórios escolares, porque só pode ter trabalhadores com o mínimo de 20 horas semanais, porque o resto tem que ser com 40 horas e a Gertal, de uma forma também irregular, está novamente a contratar empresas de trabalho precário, para contratar novamente trabalhadoras com menos de 20 horas, contrariando o caderno de encargos da DREC.

----- As trabalhadoras dos refeitórios estão bastante descontentes, porque estão numa situação complicada e algumas delas, que no ano passado faziam entre 20 a 40 horas, este ano estão a ser contratadas para fazer cerca de 15 horas, quando o mínimo obrigatório seria 20 horas. Está-se a pensar, muito seriamente, caso a DREC não venha a resolver o problema, a ser programado um pré-aviso de greve. Portanto, nem tudo está bem, pelo que se deveria tomar uma atitude nesse sentido.” -----

----- O membro Ana Cristina Jorge (CMS) disse: “Tal como o membro Rui Rodrigues disse e muito bem, de facto esse foi um concurso feito pela DREC, sendo o caderno de encargos conhecido, mas estamos a falar de empresas privadas que, como sabem, o principal objetivo é ter lucro e nunca prejuízo. De qualquer forma, a escola, na pessoa do Professor Aníbal de Oliveira Carvalho, estará disponível para prestar algum esclarecimento, uma vez que essa área é da sua competência.” -----

----- O membro Margarida Carvalho (PS) pediu a palavra e disse: “Tendo em conta uma chamada de atenção que tivemos oportunidade de trazer a esta AM, pelo péssimo estado das estradas, devido às demoradas obras de saneamento e aos constrangimentos e prejuízos que estas causaram aos munícipes, vimos agora interpelar o executivo municipal, para quando a ligação desse mesmo saneamento. Afinal não terá valido a pena passar por todas estas dificuldades pois tudo na mesma ou pior, porque as estradas estão piores do que estavam antes. -----

----- Alerto, ainda, para o fato de algumas descargas estarem a ser efetuadas nas condutas, mesmo sem estas estarem em funcionamento, o que pode incorrer em problemas graves de saúde pública. A ETAR que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28

serve a margem esquerda, ao que nos parece, está concluída. Então, porquê esta demora? O que falta para a conclusão deste projeto?” -----

-----O PJF de Montemor-o-Velho, António Pardal (CMS) pediu a palavra e disse: “Em primeiro lugar pretendo enaltecer a CM pelo restauro que fez ao antigo relógio da torre do Castelo de Montemor e que data de 1952. Antes deste, existia um datado de 1882, construído pelo senhor José Pereira Cardina que veio a falecer em 1953. Este relógio foi de grande relevo para muitas gerações, uma vez que batia e bate as horas ao longo do dia e para quem andava no amanho das terras era grande a sua importância, pois à época os relógios de pulso eram muito raros e toda a população se regulava pelo relógio da Torre. Por tudo isto, dou os parabéns ao PCM, que consegue, mesmo em tempos difíceis, recuperar algo pequeno, mas com muito significado para todos os montemorenses.-----

-----Em segundo lugar, gostaria de me referir aos 40 anos de comemoração do dia 8 de setembro, feriado municipal, dia da Natividade da Virgem Santa Maria, com as Feiras Francas, a remontarem à época do Infante D. Pedro. As festas este ano, poderiam ser melhores, mas com tantas crises que por aí andam o PCM apresentou um orçamento mais reduzido, mas mesmo assim está de parabéns, pois conseguiu trazer um elenco de artistas que satisfizeram, quem por cá passou, nesses dias.-----

-----Aproveito o momento para pedir ao PCM, se tiver oportunidade, para que dê mais condições aos feirantes, colocando as feiras quinzenais e anuais num espaço pertencente ao município Fernando Coimbra, junto ao Restaurante “O Mosteiro”, que são cerca de 18 mil metros quadrados sendo interessante adquirir o referido espaço.-----

-----Em terceiro lugar gostaria de falar dos 800 Anos do Foral Medieval de Montemor, que ocorreu no passado mês de maio, cujas comemorações se vão prolongar até ao dia 8 de setembro de 2013. Foi em maio de 1212, que o concelho de Montemor teve o seu início pelo que somos, a nível nacional, um dos concelhos mais velhos. O poder era grande, a justiça pertencia ou estava integrada neste Foral. Não fomos agente passivo no jogo político medieval. Pelo contrário, tivemos as mais variadas histórias na complexa teia da realeza, não esquecendo que foi a partir desta data que a mulher adquire uma maior visibilidade. Pelo exposto, resta-me agradecer à CMMV, pelo facto de não ter esquecido os seus antepassados, que muito contribuíram para a importância deste concelho e ter dado início a estas comemorações, que como já referi, são 800 Anos do Foral Medieval de Montemor-o-Velho.-----

-----Para terminar, informo que, no dia 6 de outubro, pelas 16 horas, na sede da JF de Montemor-o-Velho será inaugurada a Loja de Trocas Solidárias que tem como objetivo ter produtos, que a pessoas possam ter em casa, que não utilizem ou precisem e que possam trocar por outras que lhe fazem falta. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28

----- Também informo que vou proceder à entrega dos Prémios aos melhores alunos da freguesia de Montemor-o-Velho, do 4.º, 6.º, 9.º e 12.º e dos cursos profissionais e que a JF está disponível para oferecer um lanche a todas as crianças carenciadas do 1.º CEB, pertencentes a esta freguesia.” -----

----- O membro David Coutinho (PS) pediu a palavra e disse: “Aproveito para cumprimentar uma jornalista que está na sala e que será a futura Diretora de um novo jornal do concelho, desejando-lhe votos de bons êxitos no jornal e que o mesmo contribua para o engrandecimento de Montemor-o-Velho. -----

----- Hoje, as questões que vou colocar e que agradecia que o executivo respondesse, não são só minhas, mas são a vontade de muita gente do concelho que se vai interrogando, sistematicamente, dos motivos pelos quais todas as obras lançadas por este executivo se encontram paradas. Tem que haver uma explicação, porque na vida há uma causa, um efeito e, portanto, pergunto porque motivo é que, por exemplo, a entrada sul deste concelho, nomeadamente, quem vem do concelho de Soure, encontra uma rotunda inacabada e horrível, da forma como está, porque motivo as obras de transformação da antiga feira se encontram paradas, porque motivo o ascensor ainda está naquela fase, entre outras situações em que não se vê andamento nas obras. Agradecia que o executivo me respondesse muito diretamente a estas perguntas.” -----

----- O membro Fernando Monteiro (CMS) pediu a palavra e disse: “Não era para usar da palavra nesta AM, mas não pude deixar de dar atenção à intervenção do PJF de Tentúgal, Décio Matias, que abordou um assunto que o preocupa e que diz respeito a uma questão particularmente sensível: o desemprego. Como sindicalista, no passado sempre lutei pelo emprego, pelos direitos ao trabalho e fiquei um pouco preocupado, já que em relação à questão nacional o desemprego atinge níveis que todos conhecemos. Aachamos que as políticas que foram responsáveis por estes números, são altamente criticáveis. Qual é a solução? Não a tenho, enquanto cidadão, enquanto munícipe, enquanto elemento deste Grupo, mas não posso deixar de apresentar o meu protesto, a minha indignidade em relação à situação em que se encontra este País, mormente na relação de trabalho. -----

----- Tal como foi referido na intervenção houve um crescimento, particularmente no concelho de Montemor-o-Velho, de 40% num ano. Isto é extremamente dramático e este grupo não pode ficar indiferente já que enquanto cidadãos, temos a necessidade de ter opções políticas, mas também temos que ter sensibilidade social, para lidar com estes problemas, porque a situação deste País, em termos de desemprego, é dramática. E a tendência que existe neste País é para se agonizar e não é com uma política que foi contestada publicamente pelos cidadãos deste País, e ainda bem, de financiar o capital e o trabalho, com um aumento da TSU. O aumento da TSU proposto por este Governo, com o devido respeito, pela ação política que desempenha, é contra os cidadãos. E uma política não se deve fazer contra os

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28

cidadãos, porque as pessoas indignam-se e o que nós vimos na rua foram pessoas indignadas, independentemente do quadrante político. Este aumento, que o Governo diz que é de 7%, não é verdade, é de mais 60% e incide nos bolsos de todos nós. Um aumento destes é brutal. Hoje estou com uma veia social e perdoem-me a minha indignação em relação a esta situação. -----

-----Fiquei preocupado com a situação de aumento do desemprego no concelho de Montemor, porque também sou deste concelho. Estamos aqui para defender os direitos dos nossos munícipes, que votaram em nós, independentemente dos grupos em que estão inseridos, porque o motivo que aqui nos traz é exatamente, para todos, o mesmo, e por isso não podemos ficar indiferentes. E faço um apelo, essencialmente aos agentes que poderão ter alguma intervenção nesta questão, e com certeza que o executivo também não deixará de ter atenção a esta situação. Este executivo na sua alçada um Parque de Negócios e um Parque Logístico e, por isso, não sei até que ponto é que será possível criar incentivos ou promoção da criação e fixação de empresas, para ver se se consegue estancar este drama nacional. A dignidade ou a indignidade de um cidadão, enquanto sobrevivente, passa por ter um salário razoável ao fim do mês. Já não digo um excelente salário, pode até ser um salário mínimo. É fundamental para a sobrevivência de cada um de nós. -----

-----Que nenhum dos membros desta AM tenha que passar por um drama destes, porque é dramático e vai criar problemas sociais. Sei também que o desemprego urbano não é a mesma coisa que o rural, e a sobrevivência far-se-á numa economia alternativa ou paralela. Mas de qualquer das formas, queremos o melhor para o nosso concelho pelo que faço um apelo às IPSS e às JF para que acompanhem os dramas que vão aparecer nas suas freguesias e nas suas localidades, para tentar minimizar estas situações, para que as pessoas não caiam na indignidade. -----

-----Peço desculpa pela forma empolada que dei a este tema, mas como fui sindicalista e como esta foi uma situação que sempre me preocupou, nomeadamente a preservação do direito e da dignidade ao trabalho. Por essa razão, volto a reiterar o apelo para que, conjugadamente, pelo menos no nosso concelho a nível nacional e internacional já nos ultrapassa, porque as economias estão interligadas e hoje temos o exemplo da França, que é uma grande economia, o mesmo já não se poderá dizer de Espanha, que tem níveis de desemprego na ordem dos 25%. Mas, possivelmente, a economia espanhola lida melhor com os 25% de desemprego, do que Portugal que tem uma média de 18%, mas cada um tem que se governar com aquilo que tem, a imposição que nos foi feita é dramática, e sei que, quando este Governo tomou posse estávamos à beira do abismo, mas que agora não nos obrigue a dar um passo em frente.” -----

-----O membro José Mendes Monteiro (PS) pediu a palavra e disse: “No início de setembro, o concelho ficou mais pobre, quando uma mancha significativa de pinheiro bravo ardeu, entre o Amieiro e Valcanosa,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28

onde se situa uma estrada danificada e há muito que não tem tido qualquer intervenção. Os Bombeiros tiveram até alguma dificuldade em se deslocar nalguns troços pelo que, mais uma vez, solicito o arranjo daquela estrada. -----

----- Aproveito para manifestar algumas preocupações relativamente ao estado em que se encontra a estrada entre Valcanosa e o Meco, onde decorreram obras de saneamento. Com o início das chuvas, a estrada está-se a degradar e era conveniente arranjar pavimento, para não se verificarem acidentes. -----

----- Outra situação prende-se com a iluminação do jardim da Carapinheira, no antigo Largo da Feira. Para quando a ligação dos candeeiros? Para quando a instalação de casas de banho? O parque ao fim da tarde é frequentado por muitas crianças e acompanhantes onde há, também, a necessidade de colocação de sinalização no parque de estacionamento de ligeiros, do lado da Urbanização, que é utilizado por viaturas pesadas. Com o uso continuado o pavimento terá tendência para se tornar irregular, assim como a inibição de entrada de viaturas no parque, a não ser que seja em serviço, porque a calçada pode ceder.”----

----- O membro Fernando Ladeira Pereira (PS) pediu a palavra e disse: “Trago aqui algumas questões pertinentes, que se passam na EBI de Pereira. Não sei se algum elemento da AM ou do executivo municipal tem conhecimento do que vou dizer, mas penso que é pertinente. O Pré-escolar está a funcionar no primeiro andar da escola, o que origina alguma preocupação aos encarregados de educação, como também aos seus educadores, porque têm de ter uma redobrada atenção. Gostava de saber se já foi feita alguma diligência para inverter esta situação. Outro caso é em relação aos transportes dos alunos que vão da escola para casa, transportados pelo núcleo da Cruz Vermelha Portuguesa de Pereira. Gostava de saber porque é que há alunos a chegar à 7h30 da manhã, quando as aulas se iniciam às 8h30 e a saírem da referida escola às 19 horas, ou seja, as crianças passam 11 horas dentro daquela escola. Gostava de saber se se pode fazer alguma coisa ou se já foi feita alguma coisa nesse sentido, bem como se já estão liquidadas aos prestadores de serviços as faturas do ano transato bem como os transportes.-----

----- Outra preocupação prende-se com a Urbanização da Luz, em Santo Varão que tem um aspeto que não é natural ter, pois está cheia de mato e tem alguns locais de perigo, nomeadamente, as caixas de saneamento, que não estão tapadas e outras que estão com tábuas, que podem apodrecer e vão-se degradando, registando-se, ainda, alguma insegurança junto dos lotes 7, 8, 9 e 10. -----

----- Relativamente à estrada da Adémia, em Santo Varão, queria saber o porquê de não ser alcatroada, dado que já originou, recentemente, um acidente de viação.” -----

----- O membro Ana Cristina Jorge (CMS) pediu a palavra e disse: “Sobre a intervenção anterior e, uma vez que se falou dos transportes escolares, gostaria de informar que teve de se criar uma uniformidade nos horários de abertura das escolas, nomeadamente nas EB2,3, e em que as atividades letivas se iniciam às

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28

8h30 em Pereira, Arazede, Montemor e Carapinheira. Isto não acontecia, nomeadamente em Arazede, cujas atividades letivas tinham o seu início às 9 horas, porque as carreiras são públicas e aproveitavam os percursos para rentabilizar os motoristas. Neste momento, como devem imaginar, a dimensão do agrupamento e a necessidade das aulas começarem, impreterivelmente, no horário marcado, levou a alguns ajustes nos horários, que neste momento, posso garantir, que ainda estão a ser estudados, isto é, após 15 dias do início do ano letivo, houve necessidade de fazer ajustes, de trocar percursos, de iniciar de um lado e terminar do outro e vice versa. Naturalmente que o agrupamento está atento e essa questão também está a ser estudada para Pereira, na perspetiva de uma rotatividade, de modo a que não sejam sempre os mesmos a ser penalizados, com o horário que foi estabelecido. Não podemos, também, esquecer que as IPSS e as empresas transportadoras são organizações que têm, como todos sabemos, alguns constrangimentos financeiros, que têm de rentabilizar os bens móveis e os funcionários e, portanto, neste momento, tudo está em cima da mesa, relativamente aos transportes, que é de facto, uma área que tem preocupado bastante. Esta questão ainda está a ser estudada, estão a ouvir-se os pais, temos recebido muitas reclamações e tem-se feito alguns ajustes mas como devem imaginar, à porta de cada aluno, não pode haver uma paragem de autocarro e tem que se rentabilizar o que existe, de modo a dar a melhor resposta aos alunos e às famílias.” -----

----- **2. – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea e), nº 1, do artº 53º da lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação da lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro** – não havendo qualquer pedido de intervenção, passou-se, de imediato, ao ponto seguinte.-----

-----**3.– Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal o Imposto Municipal Sobre Imóveis a cobrar em 2013** - o membro Albertina Jorge (PS) pediu a palavra e disse: “Relativamente a este ponto, quase que nos apetecia dizer que, tal como em muitos outros municípios, poderíamos propor o abaixamento do IMI. Com a reavaliação dos prédios que está a ser feita, as receitas vão aumentar significativamente e dada a conjuntura social, a crise económica que está a surgir e o facto de as pessoas cada vez terem menos dinheiro, os impostos a aumentar cada vez mais, a verdade é que as famílias estão cada vez mais sobrecarregadas, daí que a tendência generalizada esteja a ser, daquilo que tenho visto na comunicação social, nomeadamente nos jornais, o abaixamento do IMI. No entanto, porque somos responsáveis, porque temos conhecimento da situação financeira aflitiva que o município atravessa, devido à gestão que tem sido feita ao longo destes 11 anos, e uma vez que se mantém a proposta do ano transato, a posição do Grupo do PS vai ser a da abstenção.”-----

-----O membro Ricardo Brites (CDU) pediu a palavra e disse: “Partindo da interpretação da proposta apresentada por este executivo e considerando também os pressupostos e os considerandos que são aqui

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28

apresentados, obviamente que a minha interpretação destes argumentos seria para que, efetivamente, existisse um abaixamento da taxa de IMI, uma vez que não são possíveis políticas de desenvolvimento e de atração de investimentos empresariais, quando se mantêm estas taxas, quando se prevê que existem diversas situações que tornam previsíveis o aumento da receita. Se temos situações em que se prevê o aumento da receita, não haveria problema nenhum em haver um abaixamento. -----

----- Se existe a fiscalidade incidente sobre os prédios, deve ter-se em conta a disponibilidade financeira dos municípios e, então, acreditamos todos. Quando se veem alguns membros da maioria empertigados com a situação atual do País, admira-me e espanta-me que, efetivamente, só agora é que se tenham apercebido disso e que não assumam as suas responsabilidades políticas, porque estas têm que ser assumidas e, observando e tendo a realidade da disponibilidade financeira dos munícipes, só poderia existir um efetivo abaixamento destes impostos. Se realmente temos preocupações sociais e de desenvolvimento equilibrado, então, porque não, propor um abaixamento das taxas. Se queremos um verdadeiro combate, e não iria usar a palavra desertificação, mas sim despovoamento, porque são conceitos completamente distintos, então temos que baixar os impostos a pagar. -----

----- Neste caso, se queremos uma reabilitação urbana dos Centros Histórico de Montemor-o-Velho, Pereira e Tentúgal, aqui existe algum cuidado neste sentido, mas efetivamente não podemos votar favoravelmente.” -----

----- O membro Filipe Carraco (CMS) pediu a palavra e disse: “Relativamente à taxa de IMI a cobrar em 2013, o Grupo da CMS entende que a proposta do executivo de manter a taxa atual é apropriada. É certo que, face à reavaliação geral dos prédios que está a decorrer é previsível que possa vir a haver um aumento de receita, mas, neste momento, ainda não estaremos em condições de fazer essa estimativa. ---

----- Logicamente, que qualquer um de nós, se tivesse que se meter na pele do simples munícipe, acredito que todos tivessem o interesse pessoal de ver o IMI descer, mas o que está aqui em causa, são os interesses do município e, nesse sentido, julgamos adequada a proposta apresentada pelo executivo, pelo que vamos aprová-la.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 34 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria com o seguinte resultado: 20 votos a favor (CMS), 13 abstenções (PS) e 1 voto contra (CDU). -----

----- **4.- Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal a Derrama a lançar no ano de 2013 relativamente ao exercício 2012** - o membro Ricardo Brites (CDU) pediu a palavra e disse: “Gostaria de fazer apenas uma breve consideração e análise que me permite dizer que o argumento que é aqui utilizado para justificar todos os investimentos, toda a criação de emprego, os Parques Logísticos, as grandes obras,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28

e nem fui eu que lancei os dados do desemprego no concelho, prova que de facto, alguma coisa não está a funcionar. -----

-----Acredito e espero sinceramente que esteja errado nesta minha análise, relativamente aos parques industriais ou aos parques logísticos, e volto a repetir que a montanha irá parir um rato até a pilhas de hidrogénio ou coisa do género.” -----

-----O membro Filipe Carraco (CMS) pediu a palavra e disse: “A intenção de voto do Grupo da CMS é a de aprovar a proposta do executivo municipal.” -----

-----O membro Albertina Jorge (PS) pediu a palavra e disse: “Mantendo-se os pressupostos da derrama relativamente aos anos anteriores, o Grupo do PS irá aprovar este ponto.” -----

-----Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 32 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria com o seguinte resultado: 31 votos a favor (CMS e PS), 1 voto contra (CDU). -----

-----**5.- Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal a Participação no IRS (Imposto Sobre Rendimento das Pessoas Singulares) no ano de 2012** – o membro Filipe Carraco (CMS) pediu a palavra e disse: “Relativamente a este ponto, tal como nos anteriores, mantendo-se aquilo que foi a aplicação nos últimos anos, o Grupo da CMS vai votar favoravelmente, aprovando a proposta do executivo municipal.” ---

-----O membro Albertina Jorge (PS) pediu a palavra e disse: “Parece que desta vez os dois Grupos estão em uníssono, porque foi exatamente o que o Grupo do PS pensou. Mantém-se, tal como no ano anterior, não há alterações, não estamos em posição de prescindir deste imposto e, precisamente por isso, vamos aprovar esta proposta.” -----

-----O membro Ricardo Brites (CDU) pediu a palavra e disse: “No seguimento do sentido de voto da CDU, iremos votar contra, uma vez que entendemos que a austeridade, pelos vistos, não vem só do Governo, da Troika, do BCE ou do FMI. Sentimos que a austeridade vem de todo lado e a nível nacional alguns municípios têm feito um esforço no sentido até de compensar os seus munícipes. Em Montemor, mais uma vez, isso não é possível, por diferentes razões, mas entendemos que nestas taxas, onde existe flexibilidade, que são variáveis e decididas pelos executivos, os montemorenses mereciam essa benesse.” --

-----Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 33 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria com o seguinte resultado: 32 votos a favor (CMS e PS), 1 voto contra (CDU). -----

-----**6.- Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano de 2013** - o membro Albertina Jorge (PS) pediu a palavra e disse: “A posição do Grupo do PS é igual à dos anos anteriores. De facto, esta taxa se fosse aplicada, resultariam em custos de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28

cobrança superiores às das próprias receitas, daí que nada temos a obstar e por isso iremos votar favoravelmente.” -----

----- O membro Filipe Carraco (CMS) pediu a palavra e disse: “Tal como nos pontos anteriores, o Grupo da CMS manterá a mesma postura. Aliás, esta é uma questão recorrente que temos vindo a falar, de que a não aplicação desta taxa, dado os valores que eventualmente poderiam ser cobrados, face àquilo que poderia ser posteriormente repercutido nas faturas dos utilizadores, teríamos mais a penalizar e a perder, do que propriamente um ganho.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 32 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por unanimidade.-----

----- **7.- Autorização prévia favorável para assunção de compromissos plurianuais – Protocolos/Acordos de Cooperação a celebrar com as IPSS e Junta de Freguesia de Arazede** - o membro

David Coutinho (PS) pediu a palavra e disse: “O PS tem consciência que a abstenção não o desonera de responsabilidades jurídicas, relativamente à possível violação da Lei dos Compromissos, lei que tem gerado alguma controvérsia. No País há quem a considere inclusivamente inconstitucional, e esta também é a minha opinião. Acho que viola, claramente, o princípio da separação de poderes, mas existem outros princípios constitucionais consagrados, nomeadamente, para nós o que conta são as pessoas. E sabemos que nesta matéria, o que está aqui em causa são as refeições dadas às crianças da freguesia de Arazede. ---

----- Conscientes da nossa posição de abstenção e das suas consequências, será este, obviamente, o nosso sentido de voto.” -----

----- O membro Filipe Carraco (CMS) pediu a palavra e disse: “Sobre este ponto e em tudo o que diz respeito aos Compromissos Plurianuais e à chamada Lei dos Compromissos, julgo que na documentação estava suficientemente sustentado a pertinência desta despesa, com a celebração dos protocolos com a IPSS e com a JF de Arazede e dado o cariz das despesas que estão em causa, julgo que teremos em condições de viabilizar esta proposta do executivo municipal.” -----

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 32 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria com o seguinte resultado: 20 votos a favor (CMS) e 12 abstenções (PS e CDU).-----

----- **8.- Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal o Regulamento das Piscinas Municipais** - o

membro Filipe Carraco (CMS) pediu a palavra e disse: “Relativamente a este regulamento e, face ao seu objetivo que é proporcionar uma maior abertura à população, dos serviços e das funcionalidades prestadas por esta infraestrutura, parece-nos perfeitamente adequada e já era justificada uma revisão deste regulamente. Por isso votamos favoravelmente.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28***

-----O membro Albertina Jorge (PS) pediu a palavra e disse: “Este ponto, parece um aperfeiçoamento ao próprio regulamento. Logicamente que estamos sempre favoráveis a todos os aperfeiçoamentos dos regulamentos, mas na prática somos nós que, muitas vezes, damos conta do que poderá ser melhorado. Se a memória não nos atraiça, este aperfeiçoamento vem na senda de intervenções feitas pelo vereador do PS, pelo que o Grupo irá votar favoravelmente.” -----

-----Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 32 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por unanimidade. -----

-----**9. – Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal o Regulamento do Banco Municipal de Manuais Escolares** - o membro Albertina Jorge (PS) pediu a palavra e disse: “Obviamente que o Grupo do PS irá votar favoravelmente esta proposta, que aliás constava do programa eleitoral do PS, nas últimas eleições. Por isso, outra coisa não seria de esperar.” -----

-----O membro Filipe Carraco (CMS) pediu a palavra e disse: “Este Banco Municipal de Manuais Escolares é uma iniciativa com toda a oportunidade e com todo o mérito e considero que, inclusivamente, deve ser reforçada, face à situação de emergência social que temos vindo a viver. Em intervenções anteriores de membros do Grupo da CMS, como o membro Fernando Monteiro ou o PJF de Tentúgal, isso já foi bem vincado, da delicada situação social que temos vindo a viver nos últimos anos e que se tem vindo a agravar, das dificuldades económicas e financeiras das famílias que cada vez mais se vão agravando. Tudo o que se repercute numa otimização, numa redistribuição e em iniciativas de solidariedade, que possam dar resposta às carências existentes, são de louvar, são de fortalecer e são de aprovar.” -----

-----Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 32 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por unanimidade. -----

-----**10. – Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal - Despesas de representação de titulares de cargos de direção intermédia – Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto (Estatuto do Pessoal Dirigente)** - o membro Albertina Jorge (PS) pediu a palavra e disse: “Estamos perante uma situação em que poderemos considerar justa a atribuição destas despesas de representação, ao pessoal dirigente, só que temos consciência da responsabilidade civil e criminal que importa se votarmos favoravelmente uma proposta que vai contra a Lei dos Compromissos. Face à situação financeira da CM e apesar de poderem achar justo, e lamentando, no fundo, que os trabalhadores, pela nossa opinião possam ficar sem mais esta ajuda que é sempre bem-vinda, mas tendo a responsabilidade e a consciência civil e criminal, devido à Lei dos Compromissos, iremos votar contra.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28

----- Não havendo mais intervenções e encontrando-se presentes 30 membros da AM, realizou-se a votação da proposta apresentada que foi aprovada por maioria com o seguinte resultado: 17 votos a favor (CMS), 13 votos contra (PS e CDU).-----

----- **11. – Pronúncia da Assembleia Municipal sobre a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, ao abrigo do artigo 11.º da Lei n.º22/2012, de 30 de maio** – o PMAM, disse: “Congratulo-me pelo empenhamento colocado nesta matéria pela Comissão Restrita, PJF envolvidos e Assembleias de Freguesia e, de uma maneira geral, por todas as pessoas envolvidas no estudo do assunto. Percebe-se que é um tema melindroso mas parecia à MAM que tudo estaria numa fase mais adiantada, aquando da última reunião realizada com os líderes de Grupo. Todavia, não houve uma comunhão de opiniões, sobre o que o líder de Grupo do PS, Marco Góis, tinha transmitido, numa reunião rápida, mas na minha perspetiva, objetiva e com alguma coerência.-----

----- Na última reunião da Comissão Restrita o vereador Emílio Torrão, teve o cuidado de corrigir o que o líder de Grupo da CMS disse já que não existia qualquer tipo de compromisso e, obviamente, a posição do PS não era a que tinha sido transmitida. Assim, voltámos à estaca zero e na última reunião ouviram-se as posições dos PJF, tivemos conhecimento das posições de algumas Assembleias de Freguesia, os vereadores Emílio Torrão e Pedro Machado, defenderam posições contrárias e nada ficou esclarecido.-----

----- Perante este impasse pergunto se há alguma luz ao fundo do túnel, porque temos de agilizar a nossa decisão, atendendo a que pode ser perigoso não tomarmos uma posição concreta, já que a decisão da Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território (UTRAT) pode ser mais penalizadora para o município. Como tal, volto a perguntar se alguns dos MAM quer usar da palavra, se os líderes de Grupo são portadores de alguma mensagem, para que possamos elaborar uma decisão a apresentar depois na próxima reunião da AM. Considero está aberta a discussão e pergunto, em primeiro lugar ao PCM, se quer introduzir algum dado.”-----

----- O PCM usou da palavra e disse: “Falarei em nome do executivo municipal, porque foi deliberado, por unanimidade, que a CMMV não fará uma proposta concreta à AM, com vista à agregação ou extinção de qualquer uma das freguesias. Desde o princípio deste processo, se estão recordados, que a posição do executivo tem sido coerente e unânime, já que a partir da minha intervenção, as posturas dos diferentes vereadores foram condensadas no documento que acabou por ser aprovado. Recordo que, no 8 de setembro de 2011, aquando da presença do Secretário de Estado da Administração Local, lhe manifestei a nossa postura e a posição incondicional contra esta reforma administrativa.-----

----- Procedi, contudo, em conformidade e com espírito democrático da utilização do cargo em que me encontro, e foi constituída uma Comissão Restrita, composta pelos dois órgãos, executivo e deliberativo,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28

com os líderes de Grupo e com alguns PJF escolhidos pelas forças partidária. Essa comissão realizou várias reuniões, debates e atualizações respeitantes ao contexto inicial de uma apregoada reforma, cuja composição legal é mais tardia, mas que nada trouxe de novo nesse xadrez e que foi implicando, ao longo de praticamente ano e meio, uma situação mista de desacordo e, ao mesmo tempo, de salvaguarda de princípios que pudessem limitar a erosão pragmática e pontual do nosso concelho. -----

-----Na sequência de todos estes aspetos, o executivo municipal considera que, neste momento, não tem condições, não tem vontade política, não tem interesse e manifesta um total repúdio pela forma com que esta própria lei está ou vai ser aplicada. Assim, não apresentará qualquer proposta que seja consentânea com qualquer oportunidade, lida nas alíneas que compõem a legislação, que está em vigor. ---

-----Contudo, a leitura que fiz dos dois grupos que compõem o executivo municipal e pelas palavras reiteradas pelos dois vereadores que estiveram na discussão deste ponto, ambas as forças políticas estão, claramente, disponíveis para um diálogo, no órgão onde nos encontramos, que possa vir a trazer alguma solução prática.-----

-----Para terminar, não posso deixar de referir que, de acordo com o que a legislação pressupõe, o parecer que a Câmara emanou terá de fazer parte do documento final que, depois de devidamente aprovado, por este órgão, deverá transitar ou não, conforme existam ou não propostas, para a UTRAT. Considerando que a data limite para proferir uma proposta por parte destes órgãos é 15 de outubro, se hoje não houver uma solução, pedia autorização ao senhor PMAM, que junto dos MAM se possa discutir este ponto, na reunião que decorrerá na quarta-feira, após suspensão dos trabalhos. Nesse sentido sugiro que o trabalho de hoje seja proveitoso para as conclusões finais e se esta discussão transitar para quarta-feira, que seja apenas a votação e não haja mais nenhuma alteração, ao que vier a ser acordado hoje. Que o tempo sirva para cimentar a postura e a posição, que não é fácil, sobretudo para os PJF que, ao longo destes últimos onze anos me viram sempre tratá-los de igual para igual, independentemente da cor política. Digo que não gostaria de estar na posição de nenhum deles e, muito menos daqueles que vão, possivelmente, ver sacrificadas algumas das suas ambições, enquanto cidadãos. Por isso, a esses PJF deixo uma palavra muito forte de cumplicidade e de empenhamento, porque não é nada fácil, estar a passar estes momentos. Digo-o por sentimento, por vivência e, sobretudo, pelo futuro.” -----

-----O PMAM disse: “Agradeço o esclarecimento relativamente à posição do órgão executivo. O executivo não nos apresenta qualquer parecer e, como tal, tem de ser a AM a discutir este ponto, no sentido de hoje ou na reunião seguinte, encontrar uma saída.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28

----- O PJF de Gatões, António José Sérvo (CMS) pediu a palavra e disse: “Relativamente a este assunto quero afirmar que, na sessão da AM de 22 de fevereiro e nas reuniões da Comissão Restrita me manifestei contra a agregação de freguesias e, hoje, volto a afirmar que sou contra essa agregação. -----

----- Pretendo relembrar as premissas da minha intervenção, na AM referida e que passo a citar: “1ª – *Porque é que a reforma se aplica apenas às freguesias e não aos municípios? Porque não são alvo, todos os estados do poder local? Por falta de coragem?* 2ª – *O que é que a população da minha freguesia, marcadamente rural, cerceada de muitos serviços que as comunidades urbanas têm, e nós não, lucram com esta reforma?* 3ª – *Que equipamentos e financiamentos que a reforma propõe aumentam a coesão e o nível de desenvolvimento dos meus “fregueses” e que não vislumbramos no texto que nos foi apresentado?* 4ª – *Que mais valia resulta para o município de Montemor, com esta reforma?* 5ª – *É perceptível que se tenham encerrado equipamentos sociais, serviços como o SAP, escolas, correios, entre outros, para agora se querer proceder à agregação de freguesias, com mais população, sem estes serviços?” -----*

----- Estas premissas são hoje reforçadas pelo parecer da Assembleia de Freguesia de Gatões, que representa o povo daquela terra e que gostaria de mencionar: “Com a aprovação da Lei 22/2012, de 30 de maio, pela Assembleia da República e a sua entrada em vigor no ordenamento jurídico português, foram elencados os parâmetros de agregação para a reorganização do território das freguesias. Acontece que a Freguesia de Gatões apresenta identidade própria, fora de consciência social e política, algum tecido comercial e industrial, diversas infraestruturas de apoio e um património edificado considerável, que lhe confere um grau de individualidade e diferenciação, relativamente às demais. -----

----- Neste contexto, a agregação não é desejável pela população, que pretende manter a sua identidade e autonomia próprias, conquistadas ao longo dos tempos. -----

----- Na base do sentimento evidenciado pela população, radicam factos, com uma gestão de proximidade entre eleitos e eleitores, que será inequivocamente afetada, a crescente necessidade de populações envelhecidas percorrem cada vez mais maiores distâncias, para satisfação de necessidades básicas, seriamente prejudicada pela ausência de uma rede de transportes pública eficaz e o abandono da população à sua sorte, como aconteceu com o encerramento recente da escola do 1.º CEB de Gatões. -----

----- Consultada a população para se pronunciar sobre se é contra ou a favor da agregação, o resultado foi negativo, ou seja, contra. Nesse sentido, a posição defendida pela Assembleia de Freguesia de Gatões, é contrária a qualquer assunção de qualquer agregação, questão esta de princípio, que aqui se deixa expressa.” -----

----- Para terminar, e de acordo com a evolução ou não desta situação, volto a afirmar: sou contra qualquer agregação de freguesias no concelho de Montemor-o-Velho, e pressupostamente, solidário com

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28

o resto das situações do País. Se houver alguma proposta, apresentarei à MAM a minha posição, através de declaração de voto, bem como o parecer da Assembleia de Freguesia de Gatões.”-----

-----O PJF de Verride, Arménio Pato (PS) pediu a palavra e disse: “Por intermédio desta AM, queria aqui deixar a minha reflexão, para que ela possa constar publicamente e vem de encontro àquilo que sempre tenho afirmado, ao longo deste processo de agregação de freguesias. Desde o aparecimento do Livro Verde, documento diga-se em prol da verdade, muito complexo e de difícil interpretação, ao longo deste tempo todo, foram várias as alterações, chegando hoje à Lei n.º 22/2012, de 30 de maio. Muitas freguesias do País e os seus PJ, estão hoje a viver, talvez, o pior drama que há memória na história deste País à beira mar plantado. A maior humilhação e o desrespeito total por todas as freguesias e seus presidentes, que num ato meramente voluntário e de muito amor, as tem defendido e gerido. -----

-----Muito se tem dito e escrito, contrariando esta lei, desde associações autárquicas, universidades, presidentes de Câmara, PJF ou manifestações. Todos são unânimes em afirmar que esta medida nada traz de bom às populações, pelo contrário. A poupança de apenas 0,1% do Orçamento do Estado, não será justificação para que este Governo teime em levar por diante tal atitude. A insensibilidade de que este Governo tem vindo a dar provas, não querendo ouvir a voz do povo, daqueles que reclamam esta medida, é mais uma prova disso. Esta é uma vontade cega de extinguir freguesias contra as populações e sem servir os interesses locais dessas comunidades. Mais grave, no meu entender, não teve coragem de assumir esta medida, deixando para o poder autárquico uma decisão, servindo-se de uma maneira puramente chantagista, com ofertas de bónus, que mais não parece um ato comercial do estilo “comprando três, leva uma de borla”. As freguesias de Portugal com carradas de história, com culturas a defender não merecem.-

-----Ao longo dos meus 10 anos de vida autárquica, tenho ouvido nesta mesma casa, narrar aos historiadores do meu concelho e não só, factos históricos que só dignificam as nossas freguesias e o concelho. Muitas dessas narrações referem-se à vila de Verride, que tem sido, ao longo dos séculos, uma referência e estas freguesias não deveriam ser tratadas da maneira como o estão a ser. -----

-----Não nos perguntaram se podiam fechar escolas, se podiam fechar extensões de saúde, se podiam fechar hospitais e maternidades, se podiam fechar postos de correios, se podiam fechar postos de GNR e PSP ao longo do País, mas agora vêm-nos envolver neste processo, oferecendo-nos 20% de desconto e mais 15% para custos fúnebres.-----

-----Como PJF eleito democraticamente, os meus fregueses acreditaram em mim, na defesa da freguesia de Verride. Digo não à agregação das freguesias, digo não à extinção da freguesia de Verride. Contudo, quero deixar explícito, que não irei contra a deliberação da minha Assembleia de Freguesia.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28

----- O PJF de Vila Nova da Barca, Telmo Graça (PS) pediu a palavra e disse: “A entrada em vigor da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, é, e não tenhamos receio de o dizer, um verdadeiro enterro do poder local, motivada exclusivamente por intuítos económicos, que o tempo se encarregará de deixar a claro. É por isso mesmo uma verdadeira falácia face à designação dos objetivos referidos no artigo 2.º daquele diploma, onde se pretende fazer crer que da agregação de freguesias, resultarão mais-valias para as suas populações, chegando-se ao cinismo de referir na sua alínea d) que dessa agregação, resultará uma melhoria no acesso a serviços públicos prestados pelas freguesias, quando se tem vindo a assistir precisamente ao desaparecimento desses serviços públicos que existiam nas freguesias, designadamente escolas, centros de saúde, postos de correio, etc.-----

----- Não são esses os verdadeiros objetivos desta pretensa reorganização administrativa. O único objetivo é a redução da despesa pública, que tem vindo a aumentar há mais de 20 anos, graças às políticas mal pensadas por parte do poder central, que conduziu ao atual estado das finanças públicas. E quando é necessário reduzir essa despesa, para tentar equilibrar as contas do País, começam sempre pelos “elos mais fracos”, como aliás se tem visto muito recentemente. A seu tempo se provará que o pretenso ganho económico com a agregação das freguesias, não é mais do que a sua extinção. Com a aprovação desta lei, o legislador ignorou extensivamente a realidade portuguesa, muito em particular, o país rural, onde os resultados da extinção das freguesias ou da agregação, como lhes pretendam chamar, se irão fazer sentindo de modo particular, dado que nos grandes centros urbanos a realidade é um pouco diferente.-----

----- Na verdade, nas freguesias rurais predominam, ou pelo menos têm um peso muito grande, uma população idosa, de pouca instrução escolar e de fracos recursos económicos, com pouca mobilidade física e sem meios próprios para se deslocar. Nada disto o legislador teve em consideração, muito menos manifestou respeito pela história de muitas freguesias a extinguir há mais de uma centena de anos, que uma ação continuamente profícua em favor das suas populações, numa ação continua de resposta aos seus problemas. Há até quem ouse comparar a divisão administrativa portuguesa com outras de países comunitários, mormente na Europa, ignorando que se tratam de realidades físicas e sociológicas muito diferentes, designadamente, nos meios mais modernos de acesso à informação, que encurta as distâncias e as dificuldades no acesso aos serviços públicos essenciais.-----

----- Com o devido respeito, o legislador ignorou a parte mais desfavorecida da população portuguesa, a mais idosa e rural. Que não restem dúvidas: a população da freguesia de Vila Nova da Barca, consultada para o feito manifestou-se contra a agregação de freguesias e disso fizeram eco os seus representantes em reunião da Assembleia de Freguesia, realizada no dia 29 de junho de 2012, a que se refere a ata n.º 2, de 2012, daquela assembleia.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28

-----Refiro ainda que, caso nos venha a ser imposta tal agregação, a mesma, tal como igualmente a população manifestou, deverá ser feita com a freguesia de Verride, com a qual, para além da proximidade física, sempre partilhou um conjunto de serviços públicos, designadamente serviços de saúde, correio e outros para além de se tratar da freguesia mais central, para esse efeito.”-----

-----O membro Ricardo Brites (CDU) pediu a palavra e disse: “Efetivamente não poderia estar mais de acordo com algumas palavras que foram aqui ditas pelos PJF. Teoricamente, e isto é uma hipótese teórica, uma vez que a lei não prevê quais serão as freguesias a extinguir ou a agregar, falaram aqueles que sentem, neste momento, as suas freguesias e os direitos das suas populações mais afetadas. -----

-----Obviamente que a nossa posição ficou vincada desde início, que esta Lei era um forte ataque ao poder local democrático. Entendemos que todos os pressupostos que estão nesta lei e que começaram no Livro Verde estão errados. Não acreditamos e é completamente falso, que esta reestruturação administrativa torne a vida dos nossos munícipes e destas freguesias, particularmente melhor. Não acreditamos que sejam desenvolvidos esforços, para que o despovoamento não seja uma realidade. Entendemos que as populações destas freguesias vão sair a perder. Entendemos que a sua representação democrática neste órgão e nos órgãos das assembleias de freguesia que hoje existem, irá ser diminuído. Estamos completamente contra, os pressupostos que se argumentam, como sendo uma mais-valia para as populações. Isso não é verdade. -----

-----Já, oportunamente, divulgámos esta nossa posição e, por isso, entendemos que as populações, os senhores PJF, a AM, a CMMV e os portugueses não devem ceder a este tipo de chantagem: ou fazem vocês a proposta e levam três ou duas, ou fazemos nós e levam quatro ou cinco. Não é assim que se faz política, não é assim que se joga com a vida das pessoas, como aqui foi muito bem referido. Não é assim que se administra o poder local, em regiões rurais. -----

-----Entendemos que, com a mesma coragem que aqui estamos a defender e penso que é maioritariamente vontade destas pessoas que estão aqui representadas, que representam outras que os escolheram para serem os seus representantes, que efetivamente, somos contra qualquer tentativa de agregação ou de extinção de freguesias. Devemos ter, por isso mesmo, coragem política, para assumir que, de facto, as leis não são eternas e, assim, como o Governo recuou na TSU, também temos condições para promover um recuo nesta lei que não é justa, não é correta e a sua praticabilidade não se resume àquilo que argumenta, muito pelo contrário. Neste sentido, estamos dispostos, para aceitar e votar todas e quaisquer moções ou propostas que efetivamente sejam contra a aplicabilidade desta lei.” -----

-----O membro Filipe Carraco (CMS) pediu a palavra e disse: “A minha intervenção vai no seguimento daquele que foi o posicionamento que sempre assumi ao longo das diversas reuniões que tivemos,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28

nomeadamente na Comissão Restrita, que foi criada para analisar esta questão da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, em que, desde a primeira hora, me pareceu e ao Grupo da CMS, uma lei desajustada, em que a visão sobre as necessidades da reestruturação nos órgãos autárquicos e na reorganização administrativa fica pela rama de uma reforma territorial verdadeira e em que unicamente se procurou, numa aritmética fácil, reduzir um quarto das freguesias existentes.-----

----- Nesse sentido, não podemos deixar de criticar a forma atabalhoada e confusa como o processo foi criado, desde o tal famoso Livro Verde, das diversas versões de critérios que vieram a ser assumidos, criando inclusivamente a questão de dar o bónus dos 20% de diminuição de redução ou os 15% de majoração financeira, durante o primeiro mandato, para, no fundo passar o ónus desta decisão, para aqueles que acabam por ser atingidos, ou seja, as freguesias que se enquadram nos critérios definidos como as “preferências”, para serem abrangidas pela tal redução de freguesias.-----

----- Nesse sentido, a nossa posição sempre foi de discordância e de alguma incompreensão de qual o verdadeiro motivo ou alcance de uma reforma deste género, uma vez que não conseguimos vislumbrar quais serão os ganhos potenciais que as nossas populações podem vir a ter com a agregação ou fusão. No fundo, acaba por ser a extinção de freguesias com centenas e centenas de anos, algumas com muita história, com diversas tradições e um percurso muito importante, naquilo que foi a vida ao longo dos séculos, deste País. Muitas delas no nosso concelho e tal como alguns PJF aqui falaram, que se sentem efetivamente como “freguesias alvo” nesta reforma e que da nossa parte, têm uma solidariedade total. ----

----- O parecer emitido pelo executivo vai, exatamente, nesse sentido, mas é importante garantir, nomeadamente, os pareceres que foram emitidos por todas as Assembleias de Freguesia e remetidos para conhecimento desta AM, para que pudessem ser alvo de análise e apreciação. Independentemente de tudo, é importantíssimo salvaguardar que esses pareceres e essas pronúncias não fiquem apenas neste órgão, mas constem da informação a remeter à UTRAT, que terá a palavra seguinte a dizer que por muito que não concordemos ou tenhamos as nossas reticências. -----

----- É evidente de que não concordamos com esta atoada já que é uma reforma que não faz sentido e que foi feita de uma maneira apressada e completamente atabalhoada. Mas está em vigor e efetivamente este órgão pode vir a ter a tal “prenda envenenada”, caso não haja uma proposta aprovada e consensual de pronúncia. “-----

----- O PJF de Abrunheira, Carlos Alves (PS) pediu a palavra e disse: “Como presidente de uma das freguesias alvo, também quero intervir, apesar de já o ter feito e ter manifestado a minha opinião na última AM, reafirmando algumas das coisas que já disse, partindo do princípio e estando contra esta Lei, que aliás foi das primeiras que mostrou o instinto agressivo deste Governo.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28

-----Não posso estar mais de acordo com o que disseram e demonstraram os meus colegas e PJF de Gatões, Verride e de Vila Nova da Barca, ainda mais quando a Freguesia da Abrunheira, por ser a mais periférica do concelho e de todas as que estão em risco, esse motivo ainda mais nos preocupa. -----

-----A Lei está feita, por isso com esse pragmatismo e para evitar, e voltando a falar da ultra periferia da freguesia da Abrunheira, é do interesse da nossa freguesia evitar a UTRAT. Isto foi muito debatido na AF da Abrunheira com os munícipes de lá, e chegámos a esta conclusão: acho que devemos evitar a Unidade Técnica, e para isso, mesmo contra tudo o que se disse anteriormente, a AF apresentou, com o apoio e com a solidariedade de todos os membros da Junta, o parecer que foi remetido à AM, e que é do conhecimento de todos. O parecer é claro e resume-se à união das freguesias da Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca, com sede na freguesia da Abrunheira.” -----

-----O membro Albertina Jorge (PS) pediu a palavra e disse: “Foram aqui ouvidas as diferentes posições, e acho que não há dúvidas de que ninguém concorda com esta reorganização administrativa, com a Lei e com a maneira como ela nos foi imposta e falaram que nos estavam a dar um presente envenenado. -----

-----Se não sei que me estão a dar um presente envenenado, posso aceitá-lo, mas se sei que está envenenado tento não aceitá-lo, pelo menos. Acho que não faz muito sentido estar a aceitar uma coisa que é envenenada. Já foram ditas muitas coisas e os PJF foram muito claros nas suas posições. Tal como o executivo estava em uníssono, nós revemo-nos e estamos em uníssono com a posição e com o parecer do executivo emitido. Concordamos com o que foi proposto e a nossa posição é igual.” -----

-----O PJF de Ereira, Fernando Curto (PS) pediu a palavra e disse: “Não tenho nada a opor, nem a justificar. O teor que está na pronúncia da AF da Ereira diz tudo, das pretensões da população da Ereira. Se me permitem, gostaria de saber qual foi o parecer da AF de Gatões.” -----

-----O SMAM, Vitor Travassos prestou alguns esclarecimentos, designadamente, que o documento foi enviado por e-mail, atendendo a que chegou já depois do envio da documentação e leu o parecer da AF de Gatões. -----

-----O PJF de Ereira, Fernando Curto (PS) pediu a palavra e disse: “Depois dos esclarecimentos prestados, tenho a dizer que sendo assim, e na base da pronúncia de algumas AF, penso que as devemos respeitar. Penso que haverá matéria para esta AM se pronunciar sobre elas. Pergunto se o Grupo da CMS, tem alguma proposta a fazer a esta AM?” -----

-----O membro Filipe Carraco (CMS) disse que no seguimento da sua intervenção anterior, no momento, não tinham qualquer proposta para fazer. -----

-----O PJF de Tentúgal, Décio Matias (CMS) pediu a palavra e disse: “Como PJF, obviamente que gostaria de deixar aqui a posição da freguesia de Tentúgal. Se numa das minhas anteriores intervenções

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28

falei da solidariedade, não podia, sobre a reforma administrativa territorial autárquica, deixar também de expressar a minha solidariedade. O Governo impôs às populações e, muito particularmente aos eleitos locais, uma Lei que na forma como foi proposta, conduzida e trabalhada, não respeitou equitativamente os pontos que o memorando da *Troika* invocado para esta reforma preconizava, não respeitou o imenso trabalho das freguesias no desenvolvimento local, na melhoria da qualidade de vida das populações das suas freguesias, e especialmente no nosso caso, em zonas rurais. Assim, e não sendo a freguesia de Tentúgal, a que presido, abrangida pelas regras estatuídas por esta Lei, que obriguem à fusão ou agregação, informamos que somos literalmente contra a mesma, e que nesta AM só votaremos favoravelmente qualquer proposta, no que este assunto diz respeito, se todos os PJF, sem exceção, votarem no mesmo sentido.” -----

----- O PJF de Montemor-o-Velho, António Pardal (CMS) pediu a palavra e disse: “Não tenho muito a acrescentar, mas comungo do que os meus colegas PJF, têm dito. Isto não é bom para ninguém, porque o que estamos a assistir, é que se está a começar pelo mais pequeno. Para se fazer uma reforma, e isso já foi aqui dito, devia-se começar nos membros do Governo e nas próprias Câmaras Municipais. Esta situação é delicada, para termos qualquer opinião.” -----

----- O PMAM tomou a palavra e disse: “Ouvidos os PJF, estes são unânimes em não aceitar esta reforma. Todavia, vemos que da parte das AF, há uma posição que não sendo totalmente díspar, prevê alguma aceitação, nomeadamente, no que nos foi transmitido para a AM, e que tem a ver com a freguesia de Verride, de Abrunheira, Vila Nova da Barca, e Gatões que também admite uma fusão com Montemor-o-Velho. Pareceu-me há pouco, quando o PJF da Abrunheira usou da palavra que existe uma proposta divergente que teria a ver com a sede de freguesia, porque tanto Verride como Abrunheira pretendem ser sede. Julgo que deveríamos dar a oportunidade das AF imporem algo na nossa capacidade de decisão. A fazermos alguma coisa, depois desta análise dos PJF, entendo que se fizermos uma reflexão sobre as deliberações das AF, talvez pudéssemos concertar uma proposta, no sentido de não deixarmos que esta decisão seja adiada para a próxima 4.ª feira, e que caia nas mãos da UTRAT. Porque se assim for, obviamente que vamos ser penalizados, todos sabemos que a Lei é para cumprir, e assim, vamos ter mais uma freguesia envolvida. Sei que isso é uma decisão política, que os políticos são muito cientes de não avançar, mas temos que arranjar forma de minorar esta posição. -----

----- Não estou preocupado com o aspeto económico e financeiro, mas com o envolvimento de mais uma freguesia. Julgo que devemos respeitar um pouco a vontade popular e a compreensão que têm, e com o devido respeito dos PJF, e menos a sua posição, que entendo, mas também temos de dar um pouco de luz às resoluções da AF. Não entendam o que estou a dizer, como sendo favorável ou desfavorável, o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28

que pretendia era resolver esta situação para bem do concelho e dos munícipes. Não foi por acaso que, voluntariamente, as AF de Abrunheira, Verride, Vila Nova da Barca e Gatões e Ereira fizeram chegar a esta AM, posições que não se coadunando a 100%, permitem que se chegue a um entendimento. Perante esta situação, proponho que se suspendam os trabalhos por 5 minutos, para que, tentassem chegar a um acordo e a uma proposta que evitasse que uma quarta freguesia fosse condenada.” -----

-----Após a suspensão foram retomados os trabalhos, tendo o PMAM questionado os membros da AM se foi tomada alguma resolução e encontrado consenso.-----

-----O membro Ana Cristina Jorge (CMS) pediu a palavra e disse: “Havendo de fato uma proposta e uma redação de texto, gostaria que ficasse salvaguardada a questão da freguesia de Gatões, que foi no sentido, do que foi dito pelo PJF, que depois de auscultadas as pessoas em sede de AF, em caso de agregação imposta por força da Lei, tendo sido consideradas as hipóteses de agregação com as freguesias de Liceia, Montemor-o-Velho e Seixo, as possíveis por contiguidade territorial, a população considera como atenuante a agregação à freguesia de Montemor-o-Velho. Contudo, e caso venha a ser considerada a agregação desta freguesia, face ao veredito expresso pela população que esta AM representa, então deverá ser considerada a opinião das pessoas que foram auscultadas em sessão de AF. No caso de haver uma proposta este texto será a incluir nessa proposta que será então enviada.” -----

-----O membro David Coutinho (PS) pediu a palavra e disse: “Os líderes de Grupo estiveram reunidos e não foi nada disto que acordamos, portanto, solicito ao membro, Filipe Carraco que explique o que se pretende.” -----

-----O membro Filipe Carraco (CMS) disse: “Na sequência da interpolação do Grupo do PS, independentemente do que tinha sido falado, foi nesse sentido que foi a declaração do membro da AM, Ana Cristina Jorge. Caso haja algum entendimento por parte de outras freguesias, para haver união, e que a freguesia de Gatões possa ser abrangida numa proposta que viabilize, a redução, com o referido coeficiente dos 20% de redução da afetação, que seja, considerada nessa proposta o parecer da AF de Gatões. Acho que isto é óbvio. Agora, a proposta para haver, tem de ser uma proposta conjunta de todas as freguesias.” -----

-----O membro David Coutinho (PS) pediu a palavra e disse: “Não sei se me fiz entender, mas uma coisa é certa, não percebi no final de contas o que estivemos a conversar. Como não gosto de divulgar publicamente as conversas, que no fundo são privadas, o PS não tem proposta nenhuma a fazer.”-----

-----O PJF de Gatões, António Sérvolo (CMS) pediu a palavra e disse: “Aquilo que o membro da AM, Cristina Jorge, quis dizer, entenda-se, não contraria rigorosamente nada, a proposta que o PS está a fazer. Aquilo que se disse foi o seguinte: há um parecer da AF que diz que é contra qualquer agregação, é uma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28

contestação àquilo que está estipulado na Lei, mas salvaguarda que, por auscultação à população e por imposição de força legal, entende que se poderá agregar à freguesia de Montemor. Aquilo que foi solicitado é que esta vontade expressa de AF, seja considerada na redação final do documento.” -----

----- O membro Filipe Carraco (CMS) pediu a palavra e disse: “Face à questão que está a ser levantada, e porque se estão a criar problemas, que julgava que já estavam perfeitamente vistos, peço, de imediato, a suspensão dos trabalhos por não haver condições para se continuar, para serem retomados na próxima 4.ª feira, dia 03 de outubro.”-----

----- O membro Hernâni Rama (CMS) pediu a palavra e disse: “Esta AM está a fazer-me lembrar um casal zangado a tentar fazer as pazes. Depois de conseguir esgrimir o essencial e o tronco com que há-de ser feita a reorganização do território ao nível do concelho de Montemor-o-Velho, neste momento estamos com questões paralelas e com questões que não têm, na minha perspetiva, mais dignidade, nem devem ter, do que o trabalho essencial, que é chegar a um consenso final, que tanto quanto me parece, das intervenções quer de um lado, quer do outro, a que já chegaram e agora estão aqui, no diz que disse e no jogo do empurra, que não nos vai levar a lado nenhum. Gostava de apelar à AM, e a todos os membros para que não agitem as hostes e criem consensos, os quais julgo que estão criados. Portanto, peço ao PS que reconsidere a posição de força que está a tomar, e veja que tanto o membro da AM, Cristina Jorge como o PJF de Gatões, foram explícitos. A agregação a Montemor-o-Velho, está garantida sem problemas.”-----

----- O membro José Carlos Leite (CMS) pediu a palavra e disse: “Acho que estamos numa situação, em que não admito que se esteja com sofismos ou truques de linguagem, por muito que me venham dizer que foi feita uma proposta, a forma ardilosa como foi apresentada atira o ónus para cima dos outros e isso não admito. O que tenho a propor à AM, para se poder ultrapassar isto de uma forma digna e airosa, é que os líderes de Grupo elaborem uma proposta por escrito e a subscrevam. Desta forma, as responsabilidades ficam repartidas, porque no fundo, a responsabilidade é de todos nós, e temos de saber que face ao que estamos a viver, vamos arcar com a responsabilidade disso. Esta situação que está a ser criada, penso que pode facilmente ser ultrapassada, conforme já referi.”-----

----- O membro Filipe Carraco (CMS) pediu a palavra e disse: “Volto a pedir a suspensão dos trabalhos de imediato, para serem retomados na próxima 4.ª feira.”-----

----- O PMAM tomou a palavra e disse: “Para que na 4.ª feira haja uma proposta concreta, há necessidade que os líderes de Grupo se reúnam e consigam uma plataforma de entendimento.”-----

----- O membro David Coutinho (PS) pediu a palavra e disse: “Que não fiquem dúvidas, que havia uma proposta do Grupo da CMS para esta AM e que, imediatamente, a seguir a essa proposta, faríamos outra.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2012, setembro, 28

O que foi dito e lido quer pela membro Ana Cristina Jorge, quer pelo PJF de Gatões, não foi proposta absolutamente nenhuma, porque o que disseram, também eu posso dizer relativamente àquilo que decidiram as AF de Vila Nova da Barca, de Verride e de Abrunheira. E digo, que não foi isso que ficou combinado, entre nós e se quiserem honrar os compromissos que assumiram connosco, façam o favor, que ainda estão a tempo de o fazer.” -----

-----O membro Filipe Carraco (CMS) pediu a palavra e disse: “Tenho a lamentar o facto de ter pedido a suspensão dos trabalhos e não ter sido concedida consoante o regimento o diz. É claro e explícito o modo como têm de ser apresentadas as propostas para a reorganização administrativa, e essa proposta a existir tem de ser unívoca, não pode ser fracionada. Logicamente que demos o sinal de abertura e o passo seguinte pertenceria ao PS, tal como o combinado para chegarmos a uma redação conjunta.” -----

-----Após esta intervenção, o PMAM deu por encerrada a reunião às 20,30 horas, retomando-se os trabalhos no dia 3 de dezembro, pelas 14 horas e 30 minutos e, para constar, se lavrou a presente ata, que, após lida e aprovada vai ser, devidamente, assinada.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

Lídio dos Santos Cristo, Dr.

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

Manuel Eduardo Magalhães Portelinha

O SEGUNDO SECRETÁRIO,

Vítor Manuel Monteiro Travassos, Dr.